

CONTROLE DIGITAL E INSURREIÇÃO: UMA POÉTICA DA ESCRITA NA ERA DIGITAL

Nathalí Macedo Costa¹

Resumo: O presente artigo tem por principal escopo fornecer arcabouço teórico para minha pesquisa-ação sobre mídia alternativa e a contra-informação na disputa de narrativas na internet — sobretudo em dois blogs progressistas: Intercept Brasil e Diário do Centro do Mundo —, em tese de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia. A partir da leitura de dois textos base — “O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã”, de Byung Chul Han, e “Filosofia da Caixa Preta — Ensaios para uma futura filosofia da fotografia”, de Vilém Flusser— este trabalho pretende corporificar os conceitos essenciais à pesquisa-ação, tais como controle digital, dispositivo e aparelho.

Palavras-Chave: Discurso Político. Mídia. Dispositivo. Aparelho. Algoritmo.

INTRODUÇÃO

Uma pesquisa sobre mídia alternativa e discurso político na internet deve considerar, impreterivelmente, os conceitos de controle digital, técnica e aparelho, aos quais dedicaremos atenção especial neste artigo.

O conceito de controle digital é trazido por Byung Chul Han em “O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã”.

No texto, o filósofo sul-coreano escreve sobre a total ausência de consciência crítica acerca da chamada vigilância social na Ásia — eficaz no controle da pandemia de coronavírus, mas perigosa na dicotomia tecnologia *versus* privacidade e liberdades individuais. O amadurecimento

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

deste conceito é essencial para a discussão sobre discurso político e algoritmo a ser construída na tese em questão.

A noção sobre o controle ou vigilância digital trazida por Byung Chul Han nos auxilia na construção de um entendimento mais claro não apenas sobre o *devoir digital* do mundo pós-pandêmico, mas também e principalmente sobre o papel da internet na construção de nossos modos de vida e de nossa expressão política.

Outros conceitos serão também amadurecidos no presente artigo, uma vez que se apresentam como pressupostos básicos da pesquisa-ação.

Aparelho, um conceito originalmente trabalhado pelo filósofo tcheco Vilém Flusser em “Filosofia da Caixa Preta — Ensaio para uma futura filosofia da fotografia”, e dispositivo, trazido por Agamben em seu ensaio “O que é um dispositivo?” estão intimamente relacionados ao controle digital em Byung Chul Han, como veremos oportunamente.

Sabemos com que tipo de aparelho estamos lidando? Conhecemo-lo satisfatoriamente?

Talvez essas perguntas só sejam respondidas na tese, no bojo da pesquisa-ação, mas, por ora, este estudo bibliográfico será de grande valia para nos debruçarmos sobre a teoria que traçará os caminhos da pesquisa.

O presente trabalho não é, portanto, um fim em si mesmo, mas terá como resultado um alicerce teórico indispensável para pensarmos a construção e mutação dos discursos políticos na internet.

AS PAREDES TÊM OUVIDOS: CONTROLE DIGITAL, VIGILÂNCIA SOCIAL E DEMOCRACIA

O conceito de controle digital trazido por Byung Chul Han em “O Coronavírus de hoje e o mundo de amanhã” é o ponto de partida para uma discussão teórica sobre a instrumentalização deste mesmo conceito

em prol de interesses comerciais e eleitoreiros ante à perspectiva de democracia e liberdade individual.

O conceito de vigilância digital trazido pela pesquisadora brasileira Fernanda Bruno (2007) é muito útil para compreendermos sua aplicação na filosofia de Byung: “o monitoramento sistemático, automatizado e a distância de ações e informações de indivíduos no ciberespaço, com o fim de conhecer e intervir nas suas condutas ou escolhas possíveis como os mecanismos operados pelo poder para monitorar e controlar os indivíduos a partir de aparelhos digitais” (BRUNO, 2007).

Embora não diretamente citado pela autora, esse conceito bebe da filosofia de Byung, na qual a vigilância digital é apresentada ao leitor como mecanismo de controle e contenção dos indivíduos pelo poder constituído.

O autor trata também de expor a finalidade notadamente política — muito mais do que comercial — desta vigilância por parte do Estado em geral associado a empresas privadas de dados.

Ele observa que, na Ásia, onde a vigilância digital se apresenta como um modo de vida institucionalmente constituído e imposto com ainda mais força do que nos outros continentes do globo, há muito controle e quase nenhuma insurreição: “a consciência crítica diante da vigilância digital é praticamente inexistente na Ásia” (BYUNG, 2020).

“Principalmente para enfrentar o vírus os asiáticos apostam fortemente na vigilância digital. Suspeitam que o *big data* pode ter um enorme potencial para se defender da pandemia. Poderíamos dizer que na Ásia as epidemias não são combatidas somente pelos virologistas e epidemiologistas, e sim principalmente pelos especialistas em informática e macrodados. Uma mudança de paradigma da qual a Europa ainda não se inteirou. Os apologistas da vigilância digital proclamariam que o *big data* salva vidas humanas” (p. 2).

Esta mudança de paradigma está longe, entretanto, de ser vista apenas como uma maneira eficaz de combater epidemias: trata-se do monitoramento, controle e inexistência de privacidade informacional, que decididamente teve seu início muito antes da crise da COVID 19.

E não é só no continente asiático que a pandemia enseja um *devoir* de total vigilância: também nas Américas o vírus traz risco de abusos no controle digital da população.

Para se ter uma ideia, as autoridades estadunidenses, na dita tentativa de avaliar a adesão da população à campanha de quarentena, estão obtendo grandes volumes de dados pessoais de localização junto a anunciantes online — sendo considerada inclusive a obtenção de informações via Google.

Neste momento em que o controle digital se converte em vigilância e a crise de saúde pública instalada no mundo rapidamente se transforma em uma crise de liberdades civis, importa à Crítica Cultural identificar de que maneiras esse controle acontece e em quais pontos encontra resistência.

Os métodos sofisticados dessa vigilância foram possibilitados pela ascensão do smartphone e da computação em nuvem, e de todo um ecossistema de rastreamento que os acompanha.

O último grande *boom* do controle digital no mundo surgiu nos Estados Unidos, após os ataques de 11 de setembro, quando a sociedade americana foi convencida de que um maior monitoramento e compartilhamento de dados permitiria ao Estado impedir ataques terroristas, abrindo caminhos para a permissividade institucional a uma vigilância digital nunca antes observada nestes moldes, e que muitas vezes não servia para o monitoramento de possíveis ataques terroristas, mas a outras finalidades, sobretudo políticas: espionagem travestida de segurança pública, que se apresenta agora em ascensão diante da crise sanitária vivenciada no mundo.

Dentre os resultados mais imediatos desta vigilância digital — sobre a qual urge uma reflexão filosófico-político-cultural — a que mais se destaca no cenário de discussões mundiais nos últimos anos é o uso político de dados, que põe em xeque a própria dinâmica da democracia e do poder.

A polêmica relacionada à manipulação de opinião pública durante a eleição presidencial americana de 2016, por meio da venda ilegal de dados sob o poder do *Facebook*, e detalhada no documentário *The Great Hack* (KARIM AMER, 2019), é uma demonstração clara dos efeitos perigosos do uso político do controle digital: uma verdadeira ameaça à democracia e às liberdades civis.

O criador dessa estratégia é o jovem marqueteiro americano Christopher Wylie, que usa o termo “guerra psicológica” para referir-se ao uso propositado de dados e da força das redes sociais para manipular a opinião pública.

Foi a partir desta estratégia que Christopher garantiu a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e a campanha para que o Reino Unido deixasse a União Europeia, decidida por referendo realizado no mesmo ano — duas das decisões geopolíticas mais importantes da atualidade.

As mesmas estratégias de uso ilegal de dados — que se apresentam como tendência mundial — foram usadas no Brasil quando da eleição do atual presidente da república, o que nos conduz a uma constatação tão adstringente quanto urgente: o controle digital tem sido instrumentalizado para a ascensão ultraconservadora no mundo.

É a partir dessa observação que a necessidade de compreendermos e decodificarmos a vigilância digital e o uso político dos nossos dados é uma tarefa urgente e diretamente relacionada ao nosso futuro geopolítico.

A INTERNET COMO DISPOSITIVO: A CAIXA PRETA DO MUNDO PÓS-MODERNO

Para trazer à tona essa necessária discussão filosófico-político-cultural sobre vigilância digital, é necessário teorizar e compreender de que maneiras ela se opera.

Os principais conceitos que circundam essa teorização são trazidos por Agamben e Valèm Flusser, ambos autores basilares para a tese ao qual o presente artigo fornece arcabouço teórico.

Em seu ensaio “O que é um dispositivo?”, o filósofo italiano Giorgio Agamben busca determinar o conceito originalmente empregado, mas não precisamente definido por Foucault.

Antes de resolver essa questão que está longe de ser apenas terminológica, Agamben adverte o leitor de que o dispositivo, no conceito ao qual ele procura trazer luz, tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder (já é possível notar, neste ponto, que o conceito de dispositivo se relaciona intimamente com o de vigilância digital, como veremos oportunamente).

Acerca do dispositivo, Agamben considera, ainda, os seguintes pontos:

“1) é um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas, etc. o dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos; 3) é algo de geral (um resseau, uma "rede") porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico” (AGAMBEN, 2005, p. 10).

Em Agamben, portanto, o conceito de dispositivo está ligado a todo mecanismo que desenvolve captura nos indivíduos, ou seja, qualquer

artefato que seja capaz de orientar, modelar, capturar os gestos, atitudes, discursos dos seres viventes.

A flagrante relação do dispositivo com o conceito de vigilância digital explorado no tópico anterior nos permite afirmar que o principal dispositivo do mundo pós-moderno é a internet, que opera atualmente como meio de contenção dos indivíduos por parte do poder, além de desorganizar a legitimidade de informações na era da pós-verdade, como trazido por Agamben no item 3.

Já neste conceito de dispositivo trazido por Agamben há uma indicação clara de que, ao mesmo tempo em que os dispositivos — massificados no mundo capitalista — são mecanismos de controle, são também brechas para a insurreição.

“Quanto mais os dispositivos difundem e disseminam o seu poder em cada âmbito da vida, tanto mais o governo se encontra diante de um elemento inapreensível, que parece fugir a sua presa quanta mais se submete docilmente a ela. Isto não significa que ele represente em si mesmo um elemento revolucionário nem que possa deter ou também somente ameaçar a máquina governamental. No lugar do anunciado fim da história, assiste-se, com efeito, ao incessante girar em vão da máquina, que, em uma espécie de desmedida paródia da oikonomia teológica, assumiu sobre si a herança de um governo providencial do mundo, que, ao invés de salvá-lo, o conduz — fiel, nisto, a originária vocação escatológica da providência — a catástrofe” (AGAMBEN, 2005, p. 16).

Quando Agamben chama atenção para a existência de um “elemento inapreensível” para o poder diante da difusão dos dispositivos como mecanismos de controle, traz à tona um fato que deve nortear toda a nossa leitura: nós não sabemos exatamente como os dispositivos funcionam, e menos ainda como são usados para direcionar nossas decisões. O “incessante girar em vão da máquina” parte da impossibilidade de decifrar os dispositivos, que resulta em um controle e insurreição que se operam no escuro.

Mas sabemos — e isto basta, por ora — que, ao mesmo tempo em que há o controle, há a insurreição — dentro dos mesmos dispositivos, girando, em vão, na mesma máquina.

O conceito de dispositivo em Agamben pouco difere do conceito de Aparelho em Flusser, que passa a defini-lo, embora não de modo simplório, em “Filosofia da Caixa Preta — ensaios para uma futura filosofia da fotografia” como “o que permite ao homem capturar uma imagem” (que, naquele contexto, referia-se à máquina fotográfica, embora o conceito de aparelho se expanda e seja amplamente empregado no sentido agambeano de dispositivo).

Esse conceito, utilizado por Flusser para descrever a situação da geração que acompanha o despertar da era cibernética e do domínio das imagens sintéticas, serve como uma luva ao nosso debate sobre vigilância digital.

A metáfora do aparelho como “caixa preta” calcifica a ideia de que desconhecemos os dispositivos que operam o poder, do mesmo modo que desconhecemos o próprio poder.

O que Flusser denominou “caixas pretas” são em verdade os dispositivos que resultam do saber daqueles que dominam o aparato digital (programadores, hackers, empresas de dados), mas cuja utilização permanece um enigma para a massa, do mesmo modo que ocorre com o aparelho fotográfico.

Sendo a internet o principal dispositivo de vigilância digital na atualidade, seria o *algoritmo* a caixa preta do mundo pós-moderno?

Esta é uma das questões que a tese que este artigo ajudará a fundamentar pretende responder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o presente artigo não pretende apontar respostas, soluções ou definições, mas corporificar o arcabouço teórico

para futura pesquisa sobre mídia alternativa e a contra-informação na disputa de narrativas na internet — sobretudo em dois blogs progressistas: Intercept Brasil e Diário do Centro do Mundo, as conclusões às quais foi possível chegar a partir de sua produção são estritamente conceituais.

O primeiro conceito explorado, de vigilância digital, é o mais indispensável à tese em questão, uma vez que não é possível falar em disputa de narrativas na internet sem considerá-la como mecanismo de contenção dos indivíduos pelo poder.

Antes de iniciarmos uma disputa sobre produção e mutação de discursos políticos na internet, é necessário, portanto, reconhecer e se aprofundar no fato de que a internet, enquanto dispositivo, não é um espaço de manifestação livre e desvinculada de controle pelo poder constituído.

Considerar que a disputa de narrativas na internet é justa e não obedece a nenhum controle seria ingênuo, para dizer o mínimo, além de desconsiderar elementos importantes, como o algoritmo.

Nesta perspectiva, os conceitos de *controle digital*, *dispositivo* e *aparelho*, explorados neste artigo, são norteadores da pesquisa em questão.

Mais do que os conceitos isoladamente, é a correlação entre eles que constrói o nosso debate: perceber em que ponto dispositivo e aparelho se encontram (e em quais pontos se desencontram, já que uma coisa não exclui a outra), entender a relação entre controle digital e dispositivo, os pontos de intersecção entre a Filosofia da Caixa Preta e o uso da internet pelas massas.

Organizar e relacionar esses conceitos me permite determinar com mais clareza de que maneira a investigação acerca da produção e mutação dos discursos políticos na internet deve se orientar, quais são os seus pressupostos, quais autores e de que maneiras podem ampará-la.

Além de compreender o conceito de vigilância digital como pressuposto básico de pesquisa, me foi possível, nesta oportunidade, criar classificações que facilitam o trabalho de pesquisa-ação: ler a internet como dispositivo — a partir do conceito de Agamben — e o algoritmo como caixa preta — a partir do conceito de Flusser — legítima e orienta o emprego destes conceitos no corpo da minha pesquisa.

Tendo compreendido como a internet, sociedade em rede, vigilância digital e algoritmo podem ser conceitualmente organizados, me foi possível aferir, mesmo antes da pesquisa-ação, que, na era digital, controle e insurreição circulam no mesmo espaço, e apreender sua dinâmica de funcionamento é uma tarefa que exige a conciliação entre a teoria e a pesquisa prática (aqui chamada de pesquisa-ação).

Munida deste arcabouço teórico — que evidentemente será apenas uma pequena parte da teoria que poderei incorporar à tese — tenho aberto o caminho que pretendo percorrer na pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo*. In: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/12576/11743> Acesso em: 18 jun. 2020.

BRUNO, Fernanda. *Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Tecnologias de Informação e Comunicação e Sociedade”, do XV Encontro da Compós, na Unesp, Bauru, SP, junho de 2006. Disponível em: <http://revcom.portcom.intercom.org.br/>. Acesso em: 9 abr. 2010.

FLUSSER, Valèm. *Filosofia da caixa preta - ensaios para a futura filosofia da fotografia*. In: http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Vil%C3%A9m_Flusser_-_Filosofia_da_Caixa_Preta.pdf Acesso em: 14 de junho de 2020.

HAN, Byung Chul. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã. In: *Filosofia Viral*. Editora InExistente: Alagoinhas, 2020.